

MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS DOS DESAPARECIMENTOS NA DITADURA CIVIL MILITAR (1964-1985): POLÍTICA, AUTORITARISMO, TRAUMA E TESTEMUNHO EM *K.* - RELATO DE UMA BUSCA, DE BERNARDO KUCINSKI

RAFAEL LUCAS SANTOS DA SILVA¹

Resumo: Tematizando a literatura como prática discursiva que explora relações entre memória e história, realiza-se neste artigo uma análise do romance *K. - Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. Nosso interesse se concentra em quinze capítulos dos vinte e nove que compõem a obra, os quais focalizam especificamente a busca desesperada de K. por sua filha desaparecida. A nossa hipótese de leitura é que o romance de Bernardo Kucinski possa ser compreendido como uma escritura que atualiza a catástrofe do regime autoritário da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), construindo uma memória coletiva dos desaparecimentos políticos, a partir de um testemunho ético da busca dos familiares por seus parentes.

Palavras-chave: Literatura de testemunho; Memória coletiva; Mortos e desaparecidos políticos.

Abstract: Thematizing literature as a discursive practice that explores relationships between memory and history, this article analyzes the novel "K. - Report of a Quest" by Bernardo Kucinski. Our interest is concentrated in fifteen chapters of the twenty-nine that compose the work, which specifically focus on K.'s desperate search for his missing daughter. Our hypothesis of reading is that Bernardo Kucinski's novel can be understood as a deed that updates the catastrophe of the authoritarian regime of the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), building a collective memory of political disappearances, based on an ethical testimony of people's search for their missing family members.

Keywords: Literature of testimony; Collective memory; Political dead and disappeared.

1. Mestrando na área de Estudos Literários, na Linha de Pesquisa Literatura e Historicidade, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Possui Graduação em Letras Português/Espanhol e Respektivas Literaturas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu. E-mail: i3rafael@hotmail.com.

1. Considerações iniciais

*Oh, pedaço de mim
Oh, metade arrancada de mim
Leva o vulto teu
Que a saudade é o revés de um parto
A saudade é arrumar o quarto
Do filho que já morreu.
Chico Buarque (1978)*

Bernardo Kucinski vem construindo uma sólida e coerente obra ficcional, desde 2011 com a publicação do romance *K. – Relato de uma busca*. Jornalista reconhecido — com uma importante obra voltada para reflexões políticas e econômicas, como o livro *Jornalismo Econômico* (1996) vencedor do *Prêmio Jabuti*, — Kucinski, após estreiar como ficcionista em 2011, aos 74 anos, já publicou *Você vai voltar pra mim* (2014), *Alice: não mais que de repente* (2014), *Os visitantes* (2016) e *Pretérito imperfeito* (2017). Dentre essas cinco ficções, há três nas quais Kucinski desenvolve agudas reflexões sobre o conteúdo autoritário do Estado durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e como a redemocratização não honrou a memória dos familiares de mortos e desaparecidos.

10

Consistem, assim, em um fundamental auxílio simbólico para enfrentar e denunciar esse horrendo e traumático período de nossa história como nação. Há 30 anos foi promulgada a Constituição (mais precisamente, em 5 de outubro de 1988), tendo como um de seus propósitos encerrar o arbítrio autoritário do Estado durante a Ditadura. Pode-se conceber que, ao longo desses anos, houve de fato um rompimento da estrutura administrativa do Estado brasileiro com as práticas autoritárias? Janaína de Almeida Teles (2010), Jorge Zaverucha (2010), Paulo Sérgio Pinheiro (1991, 1999) e Vladimir Safatle (2010) elaboraram análises que nos possibilitam compreender que há uma presença constante de práticas autoritárias na sociedade brasileira, de modo que as transformações sociais nestes últimos três decênios foram epidérmicas.

Zaverucha (2010) argumenta que “embora muitos temas da Constituição tenham recebido um tratamento progressista, este não foi o caso das relações civil-militares” (ZAVERUCHA, 2010, p. 41). O autor insiste que muitas prerrogativas dessa relação foram conservadas, por serem os termos procedurais da Constituição pouco liberais, visto que “no Brasil de 1988, os políticos optaram por não questionar o legado autoritário do regime militar” (ZAVERUCHA, 2010, p. 41).

Atualmente, os pedidos de intervenção militar em passeatas são sintomáticos da falta de uma séria reavaliação e questionamento do legado autoritário do período

da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), dado que foi eficiente a fixação de memórias oficiais exaltando-o como o período do “milagre econômico”.

São mínimas as iniciativas do governo federal em “passar a limpo” esse passado, ao impedir a abertura dos arquivos da Ditadura. Trata-se do “triste espetáculo desse repúdio à ideia de República”, conforme a expressão de Fábio Konder Comparato, utilizada ao expor que:

[...] a recusa dos recentes governos em abrir os arquivos dos horrores praticados durante o regime militar contra os, então, dissidentes, funda-se, na verdade, em outras razões, bem conhecidas de todos. É a proteção ignominiosa dos torturadores, assassinos, estupradores e todos os que lhes deram apoio, nos mais diversos órgãos do Estado, muitos dos quais estão vivos ainda hoje, a gozar de escandalosa impunidade. É, ainda, o indigno temor de enfrentar uma revolta no oficialato das Forças Armadas, adestrado tradicionalmente a defender a corporação militar acima de tudo (COMPARATO, 2004, s/p.).

Tal recusa de acesso aos documentos é, com efeito, uma grave violação de direitos humanos, que não só fomenta políticas de esquecimento como também busca estabelecer para as próximas gerações uma memória oficial de que os mortos e desaparecidos políticos eram todos terroristas criminosos. Nesse aspecto, Safatle (2010) declara que “é da incapacidade de lidar com nosso passado que vem o caráter deteriorado da nossa democracia” (SAFATLE, 2010, p. 251).

Desse modo, parece-nos sobremaneira válido aplicar ao nosso contexto político a advertência pronunciada pelo filósofo Adorno (1995) a respeito da necessidade da consciência de que eventos catastróficos podem se repetir:

Para a educação, a exigência que Auschwitz não se repita é primordial [...]. Mas o fato de a exigência e os problemas decorrentes serem tão subestimados testemunha que os homens não se compenetraram da monstruosidade cometida. Sintoma esse de que subsiste a possibilidade da reincidência, no que diz respeito ao estado de consciência e inconsciência dos homens (ADORNO, 1995, p. 119).

Sendo assim, ainda hoje, há três décadas após o dito fim da Ditadura Civil-Militar, busca-se evitar o reconhecimento das monstruosidades cometidas pelo arbítrio autoritário do Estado nesse período.

O fenômeno literário é, pois, um fundamental auxílio simbólico para enfrentar e denunciar esse horrendo e traumático período de nossa história como nação. Neste decênio, em que tanto se completa os trinta anos da promulgação da Constituição, quanto temos o cinquentenário do golpe civil-militar de 1964, houve uma mobilização de ficções contemporâneas frutíferas do ponto de vista analítico para representações complexas e multifacetadas das experiências vividas sob a Ditadura. Têm-se, por

exemplo, os romances *Não falei* (2004), de Beatriz Bracher, *História natural da ditadura* (2006), de Teixeira Coelho, *Soledad no Recife* (2009), de Uraiano Mota, *Azul Corvo* (2010), de Adriana Lisboa, *O punho e a renda* (2010), de Edgar Telles Ribeiro, *K. – Relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski, *Mar azul* (2012), de Paola Vidal, *Cabo de Guerra* (2016), de Ivone Benedetti, para só citar alguns.

Com isso, Perlatto (2017) considera que “houve uma espécie de *boom* na publicação de romances que elegeram a ditadura como contexto e cenário das narrativas ficcionais” (PERLATTO, 2017, p. 729). De fato, Schollhammer (2015) considera muito importantes tais publicações diante as monstruosidades cometidas pela ditadura, porquanto:

[...] a literatura sempre teve importante papel de testemunho e de memória desse tipo de atrocidades ao oferecer vivências afetivas de realidades, que, em uma narrativa fria da história, frequentemente são reduzidas à escala pasteurizada dos eventos políticos ou exploradas comercialmente na extrapolação midiática de seus efeitos mais espetaculares (SCHOLLHAMMER, 2015, p. 39).

A nosso ver, tais narrativas literárias possibilitam a reconstrução da memória histórica de tudo o que teve de ser silenciado, o que Pollak (1989) denominou *memórias subterrâneas* que ressurgem para entrar em disputa contra a *memória oficial*. Escolheu-se, assim, como objeto de análise deste artigo, o romance “*K. – Relato de uma busca*”, de Bernardo Kucinski², que é rico em diferentes matizes ao explorar o aniquilamento das subjetividades e das liberdades civis durante a Ditadura.

Três anos após a publicação de *K. – Relato de uma busca*, Kucinski (2014) afirmou em uma entrevista que:

[...] a grande novela ou romance sobre esse período ainda precisa ser escrito. É lamento ter começado tão tarde e não ter mais o tempo e talvez a capacidade para isso. [...] É um tema que me motiva e ao mesmo tempo me comove. [...] Ele se impõe. Ele não está de forma nenhuma exaurido (KUCINSKI, 2014, s/p.).

Nosso interesse se concentra em quinze capítulos dos vinte e nove que compõem a obra, os quais focalizam especificamente a busca desesperada do personagem K. pela sua filha desaparecida, posto que nosso propósito ao analisar o romance consiste, pois, na luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que reivindicam o esclarecimento das circunstâncias da morte de seus entes e o julgamento e punição

2. Trabalha-se com a primeira edição do romance, publicado pela editora *Expresso Popular*. Com o reconhecimento nacional, o romance foi publicado pelas editoras *Casac Naify* e *Companhia das Letras*, com alterações nos capítulos.

dos responsáveis.

Diante disso, a nossa hipótese de leitura é que o romance *K. – Relato de uma busca* pode ser compreendido como uma escritura que atualiza a catástrofe do regime autoritário da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), disputando a memória a fim de reconstruir a memória coletiva dos mortos e desaparecidos, a partir de um testemunho ético da busca dos familiares por seus parentes. Acreditamos, assim, que tal análise do romance se justifique por ele evidenciar materialidades discursivas contra memórias hegemônicas, favorecendo a lembrança e o questionamento de múltiplas dimensões acerca dos mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura.

2. A catástrofe da Ditadura e a instauração do “mal de *Alzheimer* nacional” pelo arbítrio autoritário

Com o golpe civil-militar em 1964, o Brasil passou por uma experiência catastrófica que, durante 21 anos, deformou a condição humana, reduzindo o sujeito a mero objeto e incapacitando-o para a ação política a partir do arbítrio de um Estado autoritário. Para reprimir os opositores, fez que a violência se tornasse organizada e institucionalizada, praticando assim violações aos direitos humanos. Embora a palavra “catástrofe” signifique “virada para baixo”, indicando o período da Ditadura como uma experiência nova e radical na história da nação brasileira, é importante reconhecer, como assinala Pinheiro (1999), que práticas autoritárias deitam raízes profundas em nossa constituição sociohistórica:

Essa violência de caráter endêmico, implantada no sistema de relações sociais profundamente assimétricas não é um fenômeno novo no Brasil: é a continuação de longa tradição de práticas de autoritarismo, das elites contra as “não-elites” e nas interações entre as classes, cuja expressão foi dissimulada pela repressão e censura impostas pelos governos militares. A configuração política formal da democracia abriu condições para as manifestações de protesto, e graves conflitos sociais e econômicos passaram a ser expressos com maior liberdade (PINHEIRO, 1999, p. 40).

O ensaio de Pinheiro (1999) intitula-se significativamente *O passado não está morto: nem passado é ainda*, pois para o autor há o nítido choque com a continuidade de antigas práticas autoritárias, mesmo em constitucionalismo democrático. Assim, em sua perspectiva, não há dúvidas de que “um dos traços da especificidade do caso brasileiro é a extraordinária longevidade da cultura e das práticas autoritárias [...] que podem resistir apesar da abertura democrática, das eleições e da reforma constitucional” (PINHEIRO, 1991, p. 52-53).

Dito isto, não seria de se admirar o grande esforço de tentar *assassinar a*

memória. Afinal, Safatle (2010) assinalou que, “por nunca ter feito um tribunal contra a ditadura, o Brasil nunca disse claramente rechaçar as práticas político-administrativas típicas dos operadores de regimes totalitários como o brasileiro” (SAFATLE, 2010, p. 251). Inclusive, vale notar que um dos candidatos à presidência deste ano, em que se completa 30 anos de Constituição democrática – mesmo que imperfeita, importante – declara abertamente em entrevista que seu livro de cabeceira é *Verdade sufocada*, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI paulista entre 1970-1974; um livro, enfim, intolerante, que busca negar os fatos e as memórias traumáticas da Ditadura Civil-Militar. Assim como Pierre Vidal-Naquet define os negadores do Holocausto como *assassinos da memória*, também temos no contexto brasileiro aqueles que querem assassinar a memória dos horrores cometidos na Ditadura.

O próprio narrador de *K. – Relato de uma busca*, denuncia o mecanismo mantenedor da violência e do esquecimento ao empregar a expressão *mal de Alzheimer nacional*, para se referir o quanto aqueles que sofreram no período da Ditadura estão relegados ao esquecimento. Conforme a entrevista de Bernardo Kucinski supracitada, podemos pensar que houve o recalque de uma experiência traumática, no caso o desaparecimento e morte de sua irmã Ana Rosa Kucinski, em 1974, e que só recentemente Kucinski busca a tentativa de simbolização e de representação. O fato de o Brasil ser o único país sul-americano onde torturadores nunca foram julgados, onde não houve justiça para os familiares, nos permite compreender porque suas memórias foram silenciadas, demorando mais de quarenta anos para serem escritas.

Em suas entrevistas disponíveis na plataforma *Youtube*, Bernardo Kucinski sempre menciona o fato de sua idade avançada, lamentando, assim como na entrevista supracitada, que provavelmente não terá tempo para escrever um grande romance sobre a Ditadura. Com isso, somos incitados a relacionar com o argumento de Pollak (1989) de que o silenciamento é geralmente rompido “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (POLLAK, 1989, p. 7).

Os estudos do sociólogo ressaltam que a elevação das memórias de um grupo ao plano hegemônico envolve o combate e a supressão das memórias de outros grupos, que passam a ocupar uma condição de marginalidade. Consequentemente, “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 4).

Seligmann-Silva (2003) argutamente sintetiza que “a arte da memória, assim como a literatura de testemunho, é uma arte da leitura de cicatrizes” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 56). Dessa maneira, pelo fato de que a Lei da Anistia impôs obstáculos

às investigações dos acontecimentos, a exposição das cicatrizes no romance *K. – Relato de uma busca* é a exposição de memórias subterrâneas. Ainda em acordo com o autor, em experiências catastróficas “a memória do trauma é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 67, grifo do autor). Tal argumento nos permite considerar o romance de Bernardo Kucinski um *compromisso contra o esquecimento* daqueles que viveram situações-limite, como o assassinato sob tortura e o desaparecimento forçado, bem como os familiares herdeiros dessa memória, o que a nosso ver faz o romance se constituir em um testemunho ético. Importante, pois, para o atual contexto emblemático da sociedade brasileira, no qual as memórias estão atravessadas por disputas sociais. Diversos agentes e sujeitos estão em constante luta para impor suas versões e interpretações da história. Nesse sentido, as ficções podem ser “um instrumento poderoso para rearranjos sucessivos da memória coletiva” (POLLAK, 1989, p. 11).

3. Bernardo Kucinski nos interstícios do testemunho e da representação literária da memória traumática

Ao ser publicado em 2011, pela editora Expressão Popular, o romance *K. – Relato de uma busca* foi muito bem recepcionado pela crítica, a ponto de ser finalista dos prêmios *Portugal Telecom* e *São Paulo de Literatura* em 2012, embora fosse o trabalho de estreia do autor como escritor literário. Formado em física pela USP, em 1968, Bernardo Kucinski se dedicou ao jornalismo e à economia, sendo professor pela mesma instituição desde 1986. Quando o livro foi publicado, Kucinski estava com 74 anos e afirmou em entrevista posterior que a intenção de escrever ficção surgiu pelo fato de estar “enfadado do jornalismo, do governo, da academia, da política, da ciência econômica, de que tanto gostava, e um pouco sem ter o que fazer, depois de ser aposentado da universidade pela compulsória” (KUCINSKI, 2014, s/p.).

Tendo em vista esse enunciado específico do autor, podemos considerar, do ponto de vista analítico, no entanto, que a sua escrita do romance não surgiu apenas do tédio e do enfado, estando relacionada na verdade com um trauma. “O trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”, sintetiza Seligmann-Silva (2008, p. 69). Isso é o que fica nítido no primeiro e último capítulos, respectivamente *As cartas à destinatária inexistente* e *Post scriptum*, nos quais é frisado o teor testemunhal de sua narrativa ao expor, na forma de um narrador autodiegético, situações contemporâneas referentes ao desaparecimento de sua irmã:

De tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta

de banco a ela destinada [...] e sempre me emociono à vista de seu nome no envelope. [...] é como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse [...]. Sei que as cartas à destinatária ausente continuarão a chegar. O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar (KUCINSKI, 2011, p. 15, 16, 17).

Trata-se de uma memória traumática relacionada à experiência catastrófica do período da Ditadura Civil-Militar, de modo que o romance se insere no *tema da narração do trauma de catástrofes históricas*, cujo “testemunho é, de certo modo, uma temática de reunir os fragmentos do ‘passado’ – que não passa – dando um nexos e um contexto aos mesmos” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 87).

Nesse sentido, *os fragmentos do passado* reunidos no romance *K. – Relato de uma busca* visam ser o testemunho e a simbolização literária de uma experiência traumática. De acordo com Seligmann-Silva (2005), mesmo que seja testemunho, a imaginação, como auxílio simbólico, sempre está presente, de tal modo que:

[...] percebemos agora uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e que faz com que toda a história da literatura [...] seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “teor testemunhal” que marca toda obra literária [...] esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85).

16

Esse caráter do testemunho e da relação com o “real” está posto desde a advertência do romance, cuja própria voz de Bernardo Kucinski anuncia que “tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (2011, s/p.). Em outras palavras, o trauma não é representado fidedignamente.

Acontece que a experiência traumática de Bernardo Kucinski não é a de um corpo torturado, de modo que no romance não há exposição de imagens da tortura, igual a *Em câmara lenta* de Renato Tapajós por exemplo, que ficou preso entre 1969 e 1974 no Presídio Tiradentes, na cidade de São Paulo, por integrar a Ala Vermelha, grupo maoísta de oposição clandestina à Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). No presídio, Tapajós elaborou este romance político, publicando-o em 1977, o qual foi um marco crucial por realizar uma reflexão crítica sobre as estratégias da guerrilha e, sobretudo, denunciar o emprego brutal da violência pela repressão, por recursos como o deslocamento do foco narrativo, que trazem à consciência dos leitores a verossimilhança do impacto da experiência da tortura. Dessa maneira, contrasta com a obra de Kucinski, pois em *K. – Relato de uma busca* não há o teor abjeto da narração

da tortura, nem a exposição de dados referentes aos efeitos psicológicos em vítimas torturadas, embora se mencione os cadáveres. É, pois, outro aspecto sombrio da Ditadura o eixo do romance, a saber, a violência imposta pelo arbítrio autoritário que atingiu de forma direta os familiares de militantes políticos — dado que sua família sofreu de forma indelével o episódio traumático do desaparecimento de sua irmã Ana Rosa Kucinski, militante política da organização nomeada *Ação Libertadora Nacional*.

Consideramos, assim, que a memória traumática da perda da irmã é simbolizada e representada no testemunho e na literatura. O discurso narrativo do romance é construído a partir da busca do personagem K. por sua filha, Ana, desaparecida e morta em 1974, quando era professora de Química da USP e demitida, posteriormente, “por abandono de função” com a conveniência da Congregação. Até aqui, todos são fatos ocorridos com a irmã de Bernardo Kucinski, que desapareceu dia 22 de abril de 1974 na companhia de seu marido, Wilson Silva, quando foi presa por agentes do Estado brasileiro. No romance, a tragédia paterna é exposta nitidamente desde o segundo capítulo, intitulado *Sorvedouro de pessoas*:

A tragédia já avançara inexorável quando, naquela manhã de domingo, K. sentiu pela primeira vez a angústia que logo o tomaria por completo. Há dez dias a filha não telefona. [...] O velho sentiu-se esmagado. O corpo fraco, vazio, como se fosse desabar. A mente em estupor. De repente, tudo perdia sentido. [...] O fato concreto de sua filha querida estar sumida há onze dias, talvez mais. Sentiu-se muito só. [...] Assim começou a saga do velho pai, cada dia mais aflito, mais mal dormido. [...] K. passou a contabilizar a duração da ausência da filha, outro preceito dos tempos da juventude. E não passava dia sem que tentasse algo pela filha. Já não fazia outra coisa. Para dormir, passou a tomar soporíferos [...] (KUCINSKI, 2011, p. 19-24).

17

K. é um judeu polonês que imigrou para o Brasil para fugir da perseguição política sofrida em sua juventude, mas estava completamente alheio aos problemas políticos da Ditadura brasileira até o desaparecimento de sua filha.

Com a busca pela filha, descobre que um abismo os separava afetivamente, pois não sabia que ela era militante política e, inclusive, desconhecia o casamento dela com Wilson Martins. Ambos desaparecidos, “era como se em torno dela e do marido tivessem erguido uma muralha de segredo impenetrável” (KUCINSKI, 2011, p. 59). Schollhammer (2015) considerou que a originalidade do romance “encontra-se muito mais na interpretação dos dilemas afetivos vividos pelo personagem do pai, os quais se desenvolvem ao longo do percurso frustrado e reconfigura o perfil de sua identidade” (SCHOLLHAMMER, 2015, p. 41).

O romance é composto por 29 capítulos, dos quais 15 concentram-se especificamente em K., sobre os fatos de sua desesperada busca pela filha que é exposta por uma voz narrativa heterodiegética. Há os já mencionados primeiro e último capítulos,

de caráter mais testemunhal, funcionando como moldura da narrativa. Em outros 12 capítulos, temos o discurso narrativo a partir de perspectivas homodieéticas, como a de um policial que prendeu a filha de K. e seu marido e que busca se livrar da cachorra de estimação do casal; o delegado Fleury, em monólogo de resistência à abertura da Ditadura; o pai de Wilson Martins, que faz um comovente relato da desestruturação da família a partir da perda do filho; uma amante do delegado Fleury que confessa com uma mãe que tem o filho desaparecido; os relatos traumáticos de Jesuína Gonzaga, uma ex-empregada doméstica da *Casa da Morte* de Petrópolis; um general cassado e sua avaliação dos envolvidos no golpe de 1964; e por fim, os “documentos”, como uma carta de Ana, os detalhes da *Ata da Congregação do Instituto de Química* da USP, uma mensagem de Wilson Martins para outro militante da *Ação Libertadora Nacional*.

3.1. Fragmentos da história, das memórias e dos silêncios

No primeiro capítulo, *As cartas à destinatária inexistente*, a contextualização pela data, 31 de dezembro de 2010, nos parece indicar uma vida afetada por uma memória traumática que não passa. Ao expor que “é como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse” (p. 16), estabelece-se referências temporais do incômodo no presente, do surgimento do trauma no passado e a continuação no futuro. Eneida Castro (2017) demonstrou a importância, neste capítulo, do emprego simultâneo de verbos no futuro indicativo, pretérito perfeito, futuro do presente e advérbio de negação para elaborar “o efeito nocivo do passado em que Ana foi morta brutalmente pela ditadura, evidenciando, por meio das marcas temporais, que o trauma não está superado” (CASTRO, 2017, p. 45). A autora indica ainda como toda a estrutura de determinados capítulos se compõe para ressaltar o desgaste físico e moral de K.

A fragmentação é um traço constitutivo do romance: o eixo do discurso narrativo protagonizado pelo personagem K. é entrecortado por outras micro-histórias. No primeiro e últimos capítulos, a desaparecida Ana Rosa Kucinski é representada como irmã, o que se altera nos 15 capítulos que tratam das desventuras da busca de K., figurando-se, assim, como filha. Com isso, acreditamos que ao empregar um narrador heterodieético nesses 15 capítulos, o autor busca sobrepor a experiência catastrófica do Brasil, além de ser uma simples tragédia familiar, para denunciar que durante a Ditadura brasileira o desaparecimento forçado foi uma estratégia de extermínio que também atingiu diretamente os familiares dos militantes políticos.

Assim, no décimo quinto capítulo, *Imunidades, um paradoxo*, o narrador é enfático ao acusar o desgaste de K. pela procura de sua filha, um esgotamento físico e

moral que é compartilhado com outros familiares; e como se não bastasse, para ainda piorar a angústia deles, é exposto como K. depara-se com o descaso da sociedade e dos órgãos governamentais, mesmo após o fim do regime autoritário da Ditadura:

O sorvedouro de pessoas não para, a repressão segue cruenta, mas o pai que procura sua filha teme cada vez menos. [...] Vai aos jornais, marcha com destemor empunhando cartazes na cara da ditadura, desdenhando a polícia; desfila como as mães da Praça de Maio, mortas-vivas a assombrar os vivos; imbuído de uma tarefa intransferível, nada o atemoriza. Recebe olhares oblíquos de susto, percebe outros, de simpatia. Ao se deparar, na vitrine da grande avenida, com sua própria imagem refletida, um velho entre outros velhos e velhas, empunhando como um estandarte a fotografia ampliada da filha, dá-se conta, estupefato, da sua transformação. Ele não é mais ele, o escritor, o poeta, o professor de iídiche, não é mais um indivíduo, virou um símbolo, o ícone do pai de uma desaparecida política. Outro ano mais, e a ditadura finalmente agonizará, assim parece a todos; mas não será a agonia que precede a morte, será a metamorfose, lenta e autocontrolada. O pai que procura a filha desaparecida ainda empunhará, obstinado, a fotografia ampliada no topo do mastro, mas os olhares de simpatia escassearão. Surgirão outras bandeiras, mais convenientes, outros olhares. O ícone não será mais necessário; até incomodará. O pai da filha desaparecida insistirá, afrontando o senso comum. Alguns anos mais e a vida retomará uma normalidade da qual, para a maioria, nunca se desviou. Velhos morrem, crianças nascem. O pai que procurava a filha desaparecida já nada procura, vencido pela exaustão e pela indiferença. Já não empunha o mastro com a fotografia. Deixa de ser um ícone. Já não é mais nada. É o tronco inútil de uma árvore seca (KUCINSKI, 2011, p. 89, 90, 91).

19

Esse desespero e desgaste de K. também é enfatizado ainda mais no antepenúltimo capítulo, *No Barro Branco*, justamente o capítulo em que ocorre o seu falecimento. K. visita prisioneiros políticos, levando-lhes cigarros e chocolates, sempre com a esperança de ouvir alguma menção sobre a filha, de modo que um desses presos — historicamente, o metalúrgico Hamilton Pereira, que seria deputado estadual em 1994 pelo *Partido dos Trabalhadores* —, registraria o impacto daqueles encontros:

Sentia-se muito cansado. Haviam se passado catorze meses da impensável desapareção da filha. [...] K. se apegara à filha. Tudo o que não dera aos dois filhos homens e à mulher doente de câncer, passou a compensar com a filha. Mas agora ele vê que essa devoção à filha já era uma armadilha do destino, a tragédia em andamento, primeiro fazendo-o ligar-se ainda mais a ela para só depois a sacrificar. [...] Os presos ouviam em silêncio, de olhos fixos no rosto afogueado de K., como que hipnotizados pelas órbitas intumescidas de seus olhos vermelhos e úmidos. Muitos nunca mais esqueceriam aquele momento. O sofrimento do velho os impressionava. Um deles, Hamilton Pereira, descreveria décadas depois 'o corpo devastado de um ancião, sustentado por dois olhos – duas chamas – que eram a encarnação do desespero' (KUCINSKI, 2011, p. 167-168).

Este capítulo expõe de forma trágica como, para os familiares, os entes desaparecidos nunca morrem completamente. A esse respeito Teles (2012) argumenta

o quanto a falta de investigação do ordenamento jurídico dos órgãos brasileiros perpetuam até hoje essa tortura e esses traumas psicológicos, visto que “diante de um passado que permanece recalcado, sem uma ampla mobilização social e os rituais e leis que garantam o ‘direito à verdade’, os familiares de mortos e desaparecidos oscilam entre a busca por realizar o luto, o recalque e o desejo de restituição do passado” (TELES, 2012, p. 110).

Consideramos, dessa maneira, ser possível conceber toda a busca de K. como um paradigma da luta por *verdade e justiça* que os familiares de mortos e desaparecidos políticos têm protagonizado e que, infelizmente, ainda se deparam com diversas dificuldades mesmo em nosso atual constitucionalismo democrático. K. conhece a perseguição política por sua condição de judeu polonês durante o nazismo, mesmo assim se surpreende com o descaso e falta de ajuda para obter notícias de sua filha. Assim, para K. “a tragédia da filha era continuação do holocausto” (KUCINSKI, 2011, p. 81).

De fato, Safatle (2010) insiste nesse aspecto da ação criminosa do arbítrio autoritário da Ditadura, que, embora não tivesse havido o horror catastrófico semelhante ao *Shoal* na Alemanha, “do ponto de vista estritamente jurídico-normativo, o regime militar brasileiro era mais ilegal que o Estado nazista alemão” (SAFATLE, 2010, p. 245).

20

No decorrer do discurso narrativo, vê-se que K. fez tudo o que estava a seu alcance em busca da filha: “o pai que procura a filha desaparecida não tem medo de nada [...] angustiado, já não sussurra, aborda sem pudor” (KUCINSKI, 2011, p. 89). Ele recorre aos órgãos oficiais, *Ongs* Internacionais, consulta advogados, pessoas influentes, conhecidos na política, no exército, no *Serviço Nacional de Informações* e no *Instituto Médico Legal*, “seja onde for dentro daquele sistema que engolia pessoas sem deixar traços” (KUCINSKI, 2011, p. 23). Sendo assim, K. faz parte da mobilização dos familiares que “desde 1974, ainda durante a vigência do Estado de exceção, os familiares de mortos e desaparecidos políticos têm protagonizado a luta por verdade e justiça” (TELES, 2010, p. 254).

De acordo com Teles (2010), a luta dos familiares por *verdade e justiça* está relacionada com a crescente institucionalização do aparato repressivo do Estado. A filha de K., Ana, desapareceu em 1974, nos anos de chumbo, portanto, vítima da intensa repressão política que se consolidou a partir de 1970, quando o ministro do Exército, Orlando Geisel, definiu que o Exército assumiria o comando das atividades de segurança e criou, assim, os *Destacamentos de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna* (DOI-CODI). A autora expõe que:

Desde o início de 1971, a face secreta da repressão política se utilizou de casas de tortura em diversos estados, como a “Casa da Morte”, em Petrópolis, e de

cemitérios públicos, como o cemitério Dom Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo, para enterrar ativistas e guerrilheiros assassinados com identidades falsas. O uso de valas comuns para enterrar indigentes, algumas vítimas do *Esquadrão da Morte* e dissidentes políticos assassinados, não se restringiu à cidade de São Paulo. Isso ocorreu também em pelo menos três cemitérios do Rio de Janeiro e em um de Recife (PE) (TELES, 2010, p. 256).

No romance, as menções explícitas a essas casas de tortura encontram-se nos capítulos décimo, *A cadela*, e vigésimo, *A terapia*. Neste, focaliza-se o testemunho da personagem Jesuína Gonzaga, de vinte e dois anos, que consulta no INSS uma psicóloga por estar com graves efeitos psicológicos por ter trabalhado como empregada doméstica em uma dessas casas de tortura. Trata-se de uma perspicaz estratégia narrativa, pois, ao ser um dos capítulos mais dolorosos de se digerir no romance, somos levados a questionar o quanto mais grave consistirá os efeitos traumáticos na memória dos familiares e, sobretudo, dos próprios militantes políticos que sobreviveram a torturas. A esse respeito, Teles (2010) disserta que:

O esquecimento é impossível para aqueles que viveram situações-limite como o assassinato sob tortura e o desaparecimento forçado. A atuação dos familiares, desde o início de suas buscas, se caracterizou pela organização de diversos dossiês sobre seus parentes. Tornaram-se, assim, colecionadores das marcas do passado. [...] Assim, os familiares provocam, perturbam, interrogam e redimensionam o presente. Como sobreviventes de um tempo difícil de rememorar, ao colecionarem os fragmentos que fazem lembrar os seus, assumem-se como os herdeiros da dor (TELES, 2010, p. 298).

21

Dessa maneira, Bernardo Kucinski faz aflorar as memórias subterrâneas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. São *memórias subterrâneas*, silenciadas e esquecidas, dado o fato de prevalecer até hoje, após 30 anos de uma Constituição democrática, “a ocultação dos acontecimentos, a negação do direito à verdade e de acesso à justiça, o que limita a articulação e a transição da herança daqueles anos de violência” (TELES, 2010, p. 253).

Trata-se de uma dor indelével para os familiares o desaparecimento abrupto de seus entes, por isso destacamos uma entrevista de um trabalho de Janaína de Almeida Teles (2009), o qual consiste em um testemunho de uma mãe que teve o filho morto e desaparecido e que até então conserva o quarto do filho intacto, desde 1974 (mesmo ano de desaparecimento de Ana, filha de K.):

“[...] para mim é muito difícil, é uma dor imensa. A vida da minha família modificou-se por causa dessa tragédia. [...] houve uma dissolução da família. Realmente, é uma dor imensa que custo muito a me refazer. Eu tentei escrever alguma coisa sobre o meu filho, do meu sentimento, mas eu choro muito. Não tenho a menor condição de escrever sobre o meu filho. O sofrimento é maior do que eu possa escrever ou processar mentalmente. Então, eu procuro, até hoje,

através de advogados, pessoas amigas, obter algum relato sobre ele, o que eu acho que é um direito meu como cidadã brasileira. Mas isso, parece, ninguém respeita. Os processos se iniciam e a resposta é “nada consta”. Enfim, eu estou vivendo no completo desconhecimento sobre o meu filho. Desconhecimento significa o seguinte: a tela está em branco. Se a tela está em branco você pode pregar nessa tela o que você quiser. Então, ele está morto? Está vivo? É um morto-vivo? É um vivo morto? *São perguntas que eu carrego há 35 anos e não obtenho nenhuma resposta [...] por isso, eu tenho este vácuo dentro de mim. É um vácuo enorme.* Tudo pode ter acontecido e eu nada sei. [...] O que nós queremos saber é a verdade, não é dinheiro que procuramos. Dinheiro não paga uma vida humana! Você não pode usar dinheiro para se referir à vida humana, porque isto significa vilipendiá-la. Dinheiro é útil para outras coisas, não para isso. *Tem que haver respeito para com esse sentimento, para o ser humano poder sentir-se digno. Essa falta de dignidade cometida é que não se descobriu até hoje.* E é o que está faltando a essa geração. Isso me corrói a vida e me desanima. [...] Nós não temos os ossos, nós não temos nada que possamos chorar ou deixar. [...] Mas a história não acabou, parece uma novela, e há sempre mais um capítulo. Isto é terrível em termos humanos. É desesperador. *A pessoa fica desestruturada, chora, é terrível não ver o filho. Eu não desejo isso ao meu pior inimigo. [...] Isso é que mais dói. Dói, pelo drama humano, e por ser um direito a que não se tem respeito* (CARMEN NAVARRO *apud* TELES, 2009, p. 12, grifos nossos).

22 Vale notar, novamente, que o primeiro e último capítulos do romance remetem justamente à perpetuação da dor até os dias atuais. É nesse sentido, pois, que Seligmann-Silva (2005) explica que “ao invés de uma representação do passado, a literatura de testemunho tem em mira a sua *construção* a partir do presente” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 79, grifo do autor).

Nesse aspecto, o testemunho e a memória estão diretamente relacionados com a catástrofe nacional, pois, conforme assinala Halbwachs (1990), a memória individual alimenta-se sempre da memória coletiva. Em outras palavras, as memórias individuais se constituem a partir da relação com o outro, precisamente no sentido em que “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (HALBWACHS, 1990, p. 29).

Dessa maneira, o romance de Kucinski está abundante em referências a personalidades e acontecimentos históricos marcantes dos anos 1970 e começo dos 1980, em que K. estava em busca da filha: além das casas de tortura já mencionadas, o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, o relatório do ministro da Justiça, Armando Falcão, sobre os 22 desaparecidos, transmitido por rádio e televisão, entre outros. Este último caso, por exemplo, sem dúvida foi um momento apreensivo para todos os familiares de entes desaparecidos, como indica significativamente o título do décimo primeiro capítulo, *Nesse dia, a terra parou*:

K. cola-se ao rádio, outros esperam junto à tevê, um grupo aglomera-se

defronte ao noticiário luminoso do Estadão; mães, irmãs, mulheres prenhes de espera. Aguardam o momento com a emoção antecipada de amantes de estrelas armados de lunetas à espera do eclipse único do século. Armam-se, neste caso, de esperanças. O presidente anunciara que, ao meio-dia em ponto, o ministro da Justiça Armando Falcão revelaria o paradeiro dos desaparecidos (KUCINSKI, 2011, p. 69).

Ou seja, fica claro que a esperança não era apenas de K., mas de vários familiares, de modo que o evento está inscrito na memória coletiva desse grupo. Halbwachs (1990) defende que o sujeito não é nada mais que um instrumento das memórias do grupo, mesmo quando lembra individualmente:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 30).

Todos esses familiares que ouviram aflitos e esperançosos o pronunciamento, tiveram suas memórias colocadas à margem, uma vez que “as elites simplesmente decidiram que a página da história deve ser virada. Elas estigmatizam as tentativas de se estabelecer a verdade e a justiça como meros atos de revanchismo” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 13).

O silêncio e o esquecimento introduzidos pelo terror do desaparecimento criam, portanto, uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência dos corpos e de informações a respeito dos parentes. Mesmo passados mais de 40 anos após a morte de Ana Rosa Kucinski e Wilson Martins, ainda não se sabe exatamente o que de fato aconteceu ao casal. No romance, a morte de Ana é ficcionalizada no vigésimo capítulo, *A terapia*, como se ela tivesse se suicidado na cela de uma casa de tortura, ao engolir uma cápsula de cianureto, antes mesmo de ser submetida às brutais torturas. Para o pai, porém, permanece uma incógnita, e a partir de sua busca são denunciadas os descasos de diversos setores sociais. K. ouve do delegado que a polícia “tinha mais o que fazer” do que procurar “uma professora universitária, de quase trinta anos, adulta e vacinada” (KUCINSKI, 2011, p. 13), de maneira que em suas tentativas de busca depara-se com “uma muralha de segredo impenetrável” (KUCINSKI, 2011, p. 62).

Essa muralha impenetrável está de pé até hoje, infelizmente, como indica a contextualização da data já mencionada do primeiro capítulo. A opacidade dos procedimentos estruturais do Estado acentua a culpa de K.:

[...] Os sobreviventes daqui estão sempre a vasculhar o passado em busca daquele momento em que poderiam ter evitado a tragédia e por algum

motivo falharam. [...] Porque é obvio que o esclarecimento dos sequestros e execuções, de como e quando se deu cada crime, acabaria com a maior parte daquelas áreas sombrias que fazem crer que, se tivéssemos agido diferentemente do que agimos, a tragédia teria sido abortada. [...] Por isso, também as indenizações às famílias dos desaparecidos – embora mesquinhas – foram outorgadas rapidamente, sem que eles tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história. O 'totalitarismo institucional' exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois (KUCINSKI, 2011, p. 162-163).

Essa relação entre culpa e opacidade é, pois, um aspecto importante relativo às memórias subterrâneas, uma vez que:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 5).

24

Compreende-se, assim, que a memória envolve a disputa por parte dos agentes sociais sobre os recursos materiais e simbólicos que garantem a conservação da memória. Como já mencionamos, devido ao fato de que a transição brasileira para a democracia ocorreu sem rupturas evidentes, essas memórias dos familiares foram marginalizadas, pois elas são as heranças da repressão autoritária da Ditadura Civil-Militar (TELES, 2010). Desse modo, é preciso contrapor-se contra a *memória oficial* estabelecida pela *Lei de Anistia*, que impôs um silenciamento forçado acerca das torturas, prisões arbitrárias e perseguições, bem como silenciou os herdeiros dessas memórias, isto é, os familiares. Pollak (1989) demonstrou como a *memória oficial* uniformiza lembranças, exercendo uma função opressora contra interesses do poder vigente.

A experiência dos familiares de mortos e desaparecidos políticos aponta, assim, para questões que colaboram para assimilação de memórias antes silenciadas do *enquadramento da história oficial*. Por conseguinte, ao trazer à baila essas memórias traumáticas a partir das desventuras de K., acreditamos que o romance *K. – Relato de uma busca* se constitui como um importante testemunho ético, porquanto:

A busca desses familiares está carregada das dimensões ética e política. Ainda que não possamos recuperar muitos dos eventos da luta revolucionária ou da resistência à ditadura, essas histórias reiteradamente contadas e modificadas irrompem no presente e delas podemos extrair seus tesouros, que o tempo

sedimenta. Por meio da luta dos familiares de mortos e desaparecidos por "verdade e justiça", eles traçam e retraçam os limites de suas (nossas) identidades e da sua incessante busca por delinear o encontro consigo e com os outros, bem como as fronteiras entre memória, história e justiça (TELES, 2010, p. 298).

A reflexão crítica de um testemunho ético perpassa todos os quinze capítulos. Conforme Seligmann-Silva (2005, 2003), o testemunho articula estética e ética, por abranger discussões de direitos civis. Nesse aspecto, o vigésimo quinto capítulo, *As ruas e os nomes*, proporciona frutíferas reflexões críticas sobre a disputa pela memória a partir da homenagem aos mortos e desaparecidos políticos com o processo de nomeação de ruas:

[...] Passou a prestar atenção nas placas e indicativos de ruas à medida que o micro-ônibus percorria o caminho de volta. Estranho nunca ter pensado nos nomes das ruas. Quando chegou ao Brasil, curioso, procurava saber de tudo. Depois se acomodou. Até acontecer o que aconteceu. Rua Fernão Dias, diz uma placa. Onde mora, em São Paulo, também há uma rua com esse nome; disseram-lhe que foi um famoso caçador de índios e escravos fugidos. Percorreram algumas ruas com nomes que ele desconhecia. Depois, para espanto de K., uma avenida General Milton Tavares de Souza. Esse ele sabia muito bem quem foi: jamais esqueceria esse nome. O filho do farmacêutico falara dele. Dom Paulo também. Foi quem criou o DOI-CODI, para onde levaram o Herzog e o mataram. Esse foi o Lavrenti Béria desses canalhas, o Hímler brasileiro, dizia que para matar subversivos valia tudo; e tem nome de avenida. Avenida principal. Onde já se viu uma coisa dessas? Um vilão, 'a *menulveldiker roitsech'*, ele blasfema em iídiche. Tomado pela indignação, K. agora perscrutava cada placa e escandalizou-se ao deparar com o nome Costa e Silva na Ponte Rio-Niterói. Incrível, uma construção majestosa como essa de quase nove quilômetros com o nome do general que baixou o tal do AI-5. [...] Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade (KUCINSKI, 2011, p. 156, 157, 158).

25

Assim, a rigor, o capítulo proporciona uma profunda reflexão crítica da própria nação brasileira, que, como vimos a partir de Pinheiro (1991, 1999), Safatle (2010), Teles (2010) e Zaverucha (2010), possui raízes profundas de práticas autoritárias. As placas constituem territórios da memória, que além da homenagem que encerram, denunciam a necessidade de consciência crítica e luta política em relação à violação dos direitos humanos perpetrado pelo arbítrio autoritário do Estado durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), bem como as pendências com os familiares, herdeiros dessa memória traumática, de um passado catastrófico.

Observação final

Bernardo Kucinski construiu, sem dúvida, um romance rico em diversos matizes e aspectos que geram discussões frutíferas sobre os embates em torno das memórias da ditadura, bem como vários outros aspectos do romance que poderiam ter sido abordados, não sendo possível pelo escopo deste artigo. Esperamos que as passagens apresentadas e analisadas até aqui possibilitem que se visualize como o romance *K. – Relato de uma busca* é, com efeito, uma escritura que atualiza a catástrofe do regime autoritário da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Em nossa análise, nos debruçamos apenas e sucintamente nos 15 capítulos que focalizam a busca do personagem K. por sua filha, Ana Rosa, indicando como esses capítulos visam disputar a memória desse período catastrófico da história brasileira, aflorando memórias subterrâneas dos mortos e desaparecidos políticos, a partir de um testemunho ético da busca dos familiares por seus entes.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: __. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 119-141.
- CASTRO, Eneida Cristina Corrêa de. **O peso do corpo ausente**: estratégias narrativas em *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Estadual de São Paulo (USP).
- COMPARATO, Fábio Konder. **O direito à verdade no regime republicano**. *Jornal Folha de São Paulo* [online]. 26 de dezembro de 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- KUCINSKI, Bernardo. **K. – Relato de uma busca**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. **A libertação de Kucinski**. Entrevista concedida ao *Jornal Rascunho* [online]. n. 169, 2014.
- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. A história natural da ditadura. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 96, p. 39-54, 2015.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: __. (org.) **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 45-58.
- _____. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 30, jan./jun., p. 71-98, 2005.
- _____. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010.
- _____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Revista Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, vol. 20, n.1, p. 65-82, 2008.

- PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 721 – 740, 2017.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O passado não está morto: nem é passado ainda. In: PINHEIRO *et al.* **Continuidade autoritária e construção da democracia**. Relatório final. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, NEV/USP, 1999, p. 39-72.
- _____. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 45-56, 1991.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 3-15, 1989.
- SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 237-252.
- TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 253-298.
- _____. Os trabalhos da memória: os testemunhos dos familiares mortos e desaparecidos políticos no Brasil. SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Escritas da violência**. v. 2. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p. 91-124.
- _____. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: **Anais do III Seminário Internacional Políticas de la memoria. Recordando a Walter Benjamin**. Buenos Aires, p. 1-20, 2009.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-76.